



Assembleia de Freguesia de Amora

MOÇÃO

As Opções de Classe do Orçamento de Estado (2010) e o Plano de Estabilidade e Crescimento

O início de um novo ciclo político não alterou a continuidade das políticas demo-liberais, cuja máxima expressão é visível no Orçamento Estado para 2010. Ele representa a continuidade de uma política vazia de estratégia de desenvolvimento, que tem conduzido ao acentuar da divergência real com a União Europeia; aprofunda a política de redução salarial; diminui o investimento público e acentua a política de privatizações; não estimula o indispensável crescimento do emprego; acentua desigualdades e injustiças, designadamente pela política fiscal adoptada; fragiliza os direitos dos cidadãos na saúde, no ensino, na segurança social; agrava as condições de vida e de trabalho da esmagadora maioria dos portugueses.

Estamos perante dois pesos e duas medidas: para o sector financeiro vemos apoios e reforço da “estabilidade” dos lucros que vêm auferindo, para os trabalhadores o futuro corresponde ao não aumento de salários, a menos emprego, a menos apoios sociais, a mais precariedade e ao já previsto aumento do desemprego. O Estado social é fragilizado desequilibrando ainda mais a relação capital/ trabalho, em desfavor do último.

As velhas políticas e receitas orçamentais irão conduzir inexoravelmente à divergência económica, à crescente dependência do País e empobrecimento do povo e dos trabalhadores. A política orçamental deverá concentrar-se na óptica da receita e do crescimento do PIB. Ou seja, o País precisa urgentemente de outras políticas assentes no crescimento económico, no combate ao desemprego, na qualificação e valorização das pessoas e do seu poder de compra, na defesa e reforço da capacidade produtiva do País, no apoio efectivo às pequenas empresas, no aumento concertado da procura interna e das exportações para controlar as contas públicas e combater a dependência externa. É a altura de avançar com a re-industrialização do País e de inverter a actual situação deficitária do sector agro-alimentar.

O PEC proposto pelo Governo português acentua ainda mais as desigualdades sociais e as suas opções de classe no quadro da economia e política europeias. Agravam-se as tentativas de congelamento de salários e pensões, os encerramentos de serviços e cortes no investimento público, os aumentos dos preços designadamente das portagens, dos combustíveis e das taxas de juro, os cortes nas prestações sociais e um novo pacote de privatizações que visa desferir um golpe profundo naquilo que resta do sector empresarial do Estado. Em 1991, a dívida pública representava 57,8 % por cento do PIB. Passados dezoito anos, cem privatizações depois e após o Estado ter encaixado cerca de 27,9 mil milhões de euros, a dívida pública atinge os 77,2 por cento do PIB.

O governo estabelece no PEC limites quantitativos ao montante global das transferências a efectuar para a Segurança Social para pagamento de prestações sociais não contributivas – abono de família, acção social escolar, complemento e rendimento solidário para idosos, entre outros – de tal forma que de 2010 até 2013 estas transferências baixariam de 7 673 milhões de euros para 6900 milhões de euros. A verba aprovada no Orçamento do estado para 2010 é insuficiente para fazer face à previsível subida do desemprego e à necessidade de todos os trabalhadores desempregados terem acesso ao subsídio de desemprego. O Governo pretende reduzir as despesas com o serviço Nacional de saúde em 715,3 milhões de euros até 2013.

O PEC não apresenta nenhuma medida de agravamento do IRC sobre os lucros dos grandes grupos económicos e financeiros. Nada é dito sobre os milhões de euros dados em benefícios fiscais em off-shore da Madeira ou sobre a necessidade de avançar numa outra tributação do património, ou sobre o escândalo que são as taxas efectivas de IRC na banca inferiores a quinze por cento.

A Assembleia de Freguesia de Amora, na sua Sessão Ordinária de 22 de Abril de 2010, delibera enviar a presente Moção ao Primeiro-Ministro, Ministro das finanças e do Trabalho e da Solidariedade Social, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares e Confederações Sindicais Nacionais.

Amora, 22 de Abril de 2010

O Presidente da Assembleia de Freguesia
de Amora



(Pedro Manuel da Silva Mogárrio)

- Proposta apresentada pela C.D.U. – Coligação Democrática Unitária
- Aprovada com doze (12) votos a favor e nove (9) votos contra